

Brasília-DF, 15 de janeiro de 2025

Taxa aos sindicatos será apresentada por deputado, diz Marinho

Com o propósito de equacionar a questão do financiamento aos sindicatos de trabalhadores, que vivem à mingua desde a vigência da Reforma Trabalhista — Lei 13.467/17 — e as confederações patronais, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, anunciou que o projeto para criar contribuição aos sindicatos, vinculada a acordo ou convenção coletiva, vai ser apresentado por parlamentar, e não diretamente pelo governo.



Deputado Luiz Gastão (PSD-CE) vai apresentar proposta sobre nova contribuição assistencial até fevereiro | Foto: ministro Luiz Marinho / Valter Campanato/Agência Brasil

Segundo Marinho, a estratégia visa facilitar a aprovação de tema sensível e que enfrenta muitas resistências no Congresso Nacional.

O deputado Luiz Gastão (PSD-CE) — que integra grupo informal formado por sindicatos e confederações patronais —, é quem vai apresentar o texto. A proposta deve ser submetida à Câmara dos Deputados, até o fim de fevereiro.

Para o ministro, todos os trabalhadores que se beneficiam de aumentos negociados, entre a empresa e o sindicato, devem contribuir com os sindicatos. Trata-se de lógica bastante simples.

O governo busca maneiras de financiar os sindicatos, que perderam a obrigatoriedade da contribuição sindical, com o advento da Reforma Trabalhista. O que prejudicou sobretudo o sindicato, que com a perda dos recursos financeiros se desestruturaram e perderam força.

Quem se beneficia, contribui

Questionado sobre o formato da nova taxa, Marinho defendeu a lógica de que quem se beneficia, contribui.

A contribuição ou taxa assistencial ou negocial foi instituída pelo STF (Supremo Tribunal Federal), em setembro de 2023, em novo entendimento da Corte.

Todavia, a falta de regras claras sobre como exercer o direito de oposição tem gerado diversas disputas judiciais em todo o País.

“Foi correto abolir o imposto obrigatório, que existia independentemente de benefícios. Mas um acordo coletivo deve ser sustentado por toda a categoria”, disse o ministro. Ele comparou a situação a um condomínio: “Se a assembleia aprova uma modernização, todos pagam, mesmo os que foram contra.”

Impactos no Congresso

A proposta, considerada polêmica, vai enfrentar, é esperado, resistência no Congresso Nacional. Marinho reconhece que a aprovação depende de ampla articulação e de ajustes que agradem parlamentares e sindicatos.

Ele destacou que o formato atual reduz o poder do Estado e transfere decisões para conselhos formados por trabalhadores e empresas, o que, segundo ele, aumenta a liberalidade na negociação.

Fake news e desafios com motoristas de aplicativos

Outro tema destacado pelo ministro foi o projeto — [PLP \(Projeto de Lei Complementar\) 12/24](#) —, para regulamentar motoristas de aplicativos, que enfrentou desinformação nas redes sociais.

Ele revelou que influenciadores espalharam fake news sobre a proposta, e confundem os trabalhadores.

“O projeto foi contaminado por mentiras. Quando as pessoas liam o texto, percebiam que era diferente do que as redes sociais diziam”, afirmou Marinho.

Sobre a divisão das receitas com as empresas, ele argumentou que a ideia é evitar a superexploração dos motoristas, com a garantia que pelo menos 70% do valor pago pelos passageiros seja repassado ao trabalhador.

Escala 6x1 e avanços nas negociações

Outro ponto de debate é a jornada de trabalho 6x1, considerada “cruel” pelo ministro. A escala 6x1 é aquela em que o trabalhador trabalha 6 dias e descansa apenas 1.

Ele sugeriu que o modelo seja substituído gradativamente por acordos coletivos, sem redução de

Brasília-DF, 15 de janeiro de 2025

salário ou prejuízo para setores que precisam operar 365 dias por ano.

Em entrevista à consultoria empresarial Arko Advice, a deputada Erika Hilton (PSol-SP), disse que "a [PEC \[formulada por ela no fim do ano passado\]](#) será protocolada agora no início do ano e distribuída para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Depois irá para uma comissão especial temática e, em seguida, para o plenário. Creio que avançaremos, aliando a articulação parlamentar com a mobilização popular, enraizada em todo o Brasil."

Fonte: Diap

Faixa de isenção do IR deve ir a R\$ 3.036 neste ano, diz ministro Haddad

Equipe econômica estuda saída para cumprir promessa de isentar rendimento mensal de até R\$ 5 mil em 2026



Ministro da Fazenda, Fernando Haddad

O ministro da Fazenda Fernando Haddad (PT) disse nesta terça-feira (14), que a faixa de isenção do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF) deverá subir dos atuais R\$ 2.824 para R\$ 3.036 neste ano. A promessa do presidente Lula em isentar quem ganha até R\$ 5 mil deve ficar para 2026, segundo a equipe econômica do governo federal.

O reajuste do valor é para que a isenção continue sendo aplicada para quem ganha até dois salários mínimos. Atualmente o piso nacional está em R\$ 1.518 "É a orientação que nós recebemos do presidente [Lula]", disse Haddad em entrevista.

O ministro declarou ainda que a prioridade agora é ajustar o Orçamento à legislação que foi aprovada no final do ano passado e, na sequência o governo tomará providências para isso.

"Deve ter uma atualização [para 2 salários mínimos].

Nós estamos considerando essa possibilidade para manter o ritmo de incremento, de mudança da faixa de isenção", disse.

A equipe econômica aguardará a eleição das mesas diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado, previstas para o início de fevereiro, antes de enviar a proposta de reforma do imposto de renda.

"O importante é aprovar a reforma ainda este ano. Como as eleições das duas Mesas estão por acontecer, considero adequado esperar a organização delas. Existem várias distorções no nosso sistema de imposto de renda, e pretendemos corrigir essas distorções, tanto do ponto de vista distributivo quanto da neutralidade fiscal", explicou o ministro. "Não é uma lei só que vai resolver a questão da renda, porque são várias, não é um pacote, mas as medidas vão ser encaminhadas à medida que forem ficando prontas".

Com informações do site Metrôpoles

Fonte: CUT

IBGE traz dados sobre complexidade do mercado de trabalho no Brasil

Estudo trata de estrutura econômica e mercado de trabalho, padrão de vida e distribuição de rendimentos, educação, condições de saúde e condições de vida

por Nivaldo Santana



Encontra-se disponível para os interessados estudo do IBGE com informações sobre a realidade social do Brasil. A publicação, de 2024, recebeu o título de "Síntese de Indicadores Sociais – Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira".

O documento, em sua apresentação, informa que o estudo trata de estrutura econômica e mercado de trabalho, padrão de vida e distribuição de rendimentos, educação, condições de saúde e condições de vida segundo estratos geográficos.

**Brasília-DF, 15 de janeiro de 2025**

Nos limites deste artigo, nosso foco será uma breve apreciação do capítulo que trata da estrutura econômica e mercado de trabalho. O estudo dos indicadores desse capítulo é ferramenta indispensável para, entre outras possibilidades, subsidiar a ação sindical.

A síntese trabalha com os conceitos de trabalho com vínculo (trabalhadores com carteira assinada, militares e funcionários públicos estatutários) e sem vínculo (sem carteira assinada e trabalho por conta própria).

Somando esses dois segmentos, em 2023 o Brasil possuía um contingente de 100,7 milhões de trabalhadores ocupados, o que representa 57,6% da população em idade de trabalhar. Desse universo, 40,7% estavam na informalidade.

Mesmo crescendo a ocupação e a renda no ano de 2023, o IBGE constata que persiste tanto a desigualdade quanto um mercado de trabalho bastante heterogêneo. Um indicador da desigualdade é o baixo salário médio, de apenas R\$ 2.890 naquele ano.

Para comparar, o valor do salário médio de 2023 é pouco maior que dois salários-mínimos e fica abaixo do salário-mínimo necessário calculado pelo Dieese (para uma família de quatro pessoas, conforme prevê a lei) que naquele ano foi de R\$ 6.528,93.

Com a nova política de valorização do salário-mínimo, suspensa por Bolsonaro e retomada pelo governo Lula, houve aumento da massa salarial do país e fortalecimento do mercado interno, contribuindo para o crescimento do PIB.

Apesar disso, os salários no Brasil ainda são baixos e isso contribui para a manutenção das desigualdades no mercado de trabalho que afetam, com maior intensidade, as mulheres e os negros.

Outro problema importante apontado pelo estudo do IBGE (disponível aqui: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102144.pdf>) é a situação da juventude. Na faixa etária de 14 a 29 anos, este segmento é o que encontra maiores barreiras no mercado de trabalho, principalmente aqueles trabalhadores com menor escolaridade.

Além das dificuldades de acesso a emprego, os jovens são as principais vítimas da rotatividade de trabalho. Uma das consequências apontada no documento do IBGE é que, em 2023, 10,3 milhões de jovens não trabalhavam nem estudavam.

Outro indicador importante é o da subutilização da força de trabalho, que atinge 20,9 milhões de pessoas que estão desocupadas, subocupadas com

insuficiência de horas trabalhadas ou o trabalhador potencial (pode trabalhar, mas está desocupado).

O conjunto das informações deve servir de base para os governos elaborarem políticas públicas para gerar mais e melhores empregos e criar as bases para aumentar a escolaridade e a qualificação profissional dos jovens e do conjunto dos trabalhadores.

Outro aspecto desse estudo demonstra que há uma relação de causa e efeito entre o crescimento econômico e a melhora no mercado de trabalho. Quando a economia cresce há impactos virtuosos também no emprego e na renda.

Por isso, é fundamental que o Brasil avance em um novo projeto nacional de desenvolvimento, ancorado na industrialização, na ciência e tecnologia, para agregar valor em sua matriz produtiva e reverter a reprimarização da economia.

Tudo isso exige também a participação na luta de ideias, a derrota de concepções atrasadas que sequestram a subjetividade dos trabalhadores e pavimentação do caminho para a retomada em larga escala da mobilização social consciente e politizada.

Fonte: Portal Vermelho

Lula sanciona programa para renegociar dívidas dos estados

Propag representa desafogo para os estados e compromisso com a gestão fiscal responsável; estatais estaduais poderão ser federalizadas para abatimento da dívida



O presidente Lula sancionou com vetos o Projeto de Lei Complementar nº 212, de 2024 que estabelece o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag). A publicação no Diário Oficial aconteceu nesta terça-feira (14).

O programa reúne e revisa as dívidas que estados e o

**Brasília-DF, 15 de janeiro de 2025**

Distrito Federal têm com a União. Os interessados terão até o final desse ano para aderirem.

Segundo o governo federal, serão oferecidos descontos nos juros aos estados pelo Propag com parcelamento das dívidas em até 30 anos. De acordo com a Lei, os juros poderão ir de 0% a 4% ao ano conforme os estados cumpram prazos de redução de dívida e aplicação no Fundo de Equalização Federativa, que tem como objetivo "criar condições estruturais de incremento de produtividade, enfrentamento das mudanças climáticas e melhoria da infraestrutura, segurança pública e educação." O Fundo tem como principal finalidade compensar os estados que estejam em boa situação fiscal.

Enquanto o contrato do Propag estiver vigente, os estados não poderão contratar novas operações de crédito para pagar parcelas já refinanciadas.

Entre as novidades que traz o programa está a possibilidade de que estados transfiram para a União bens móveis ou imóveis, participações societárias, créditos com o setor privado e outros ativos com a finalidade de amortizar ou quitar suas dívidas.

Este mecanismo permite que estatais estaduais possam ser federalizadas para abater valores. O presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), foi um dos principais articuladores da Lei. Ele entende que seu estado, Minas Gerais, um dos mais endividados (cerca de R\$ 165 bilhões), deve federalizar a Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais) para diminuir a dívida.

Ao total 13 trechos foram vetados pelo presidente. Entre os dispositivos vetados consta um que possibilitava o abatimento da dívida com o FNDR (Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional) e outro por prestação de serviços de cooperação federativa como "proteção e defesa civil; segurança pública; proteção a testemunhas; defensoria pública; persecução penal ao crime organizado; saúde; serviços de garantia de direitos à criança, ao adolescente, à mulher, ao idoso, à pessoa com deficiência e ao refugiado; ajuda humanitária; ciência e tecnologia", entre outros.

Os vetos tiveram como justificativa o impacto que causariam no resultado primário, o que poderia "ampliar o impacto fiscal do programa para a União, reduzindo os incentivos para uma gestão fiscal responsável e sustentável", indica o Planalto em nota.

Fonte: Portal Vermelho

"Não existe tributação no pix, e nunca vai existir", esclarece Receita



A Receita Federal publicou nota para alertar que não existe qualquer tributação sobre pix, "e nunca vai existir". O que ocorreu, esclareceu a instituição, foi uma atualização no sistema de acompanhamento financeiro para incluir novos meios de pagamento na declaração prestada por instituições financeiras.

A receita refere-se à instrução normativa 2.219/24, que passou a vigorar este ano e tem causado controvérsia. Isto porque o texto obriga bancos a prestarem informações relativas às operações financeiras superiores a R\$ 5 mil, no caso de pessoas físicas; e R\$ 15 mil, no caso de pessoas jurídicas.

A novidade gerou dúvidas e uma onda de fake news no sentido de que o pix seria taxado.

Golpes

De acordo com a Receita, criminosos aproveitaram a onda de fake news para enganar cidadãos e aplicar golpes relativos a esta suposta taxa.

Ao aplicarem o golpe, os golpistas afirmam que, caso não seja feito o pagamento, o CPF da pessoa será bloqueado. Para tornarem a fraude mais convincente, utilizam o nome e símbolos oficiais da Receita Federal e enviam falsos boletos.

Migalhas:

<https://www.migalhas.com.br/quentes/422859/nao-existe-tributacao-no-pix-e-nunca-vai-existir--esclarece-receita>

Fonte: Migalhas